



Fax

IPAC

Exmo. Sr. Director Eng.º Leopoldo Cortez

V/fax 212948202 v/tel212948201

Data 16/11/2009

Assunto: Reclamação da intenção abusiva do Instituto Português Electrotécnico (IEP) como futura inspectora monopolista de recintos itinerantes

Prezados Senhores:

Tomámos conhecimento, através dos nossos associados que estiveram presentes no seminário do IEP do dia 12/11/2009, das suas intenções abusivas e da sua pouca competência e capacidade.

Tal justifica-se porque:

1- Pretende entre 1000 a 1500€ por inspecção de divertimento (é indispensável a regulamentação das taxas em diploma).

2- O valor pretendido é pouco realista pois há uma grande diferença entre a inspecção de um divertimento pequeno infantil e um divertimento grande em que o tempo de inspecção chegará a ser dez a vinte vezes mais, exemplo de um carrocel infantil e uma montanha russa. A inspecção a um divertimento pequeno infantil por duas pessoas, uma especializada em electrotecnia e outra em mecânica, será feita em média num tempo inferior a 2 horas, pelo conhecimento que temos com inspecções feitas por inspectores europeus.

3- Neste seminário disseram que assim que fossem acreditados não davam mais explicações nem prestavam mais informações. Não ajudam a fazer o registo de consignação e não farão inspecção sem o mesmo, quando tal não está regulamentado e na norma NP EN13814 só é informativo.

4- Os funcionários do IEP mostraram uma clara arrogância com os presentes, possivelmente por serem, no momento, a única entidade susceptível de acreditação.

5- Pretendem acompanhar toda a montagem de cada divertimento, o que mostra a sua incompetência. Há divertimentos que demoram 3 dias a montar. O que é necessário é ver os pontos críticos, e só poucos é que têm de ser feitos a nível do chão ou desmontados.

6- Atendendo a que há circos, praças de toiros e outros a inspecionar e como o IEP é inexperiente, demorará muito a fazer inspecções, não conseguindo assim efectuar num ano todas as inspecções necessárias, pelo que, nessa medida, prejudicará muito a economia portuguesa ao manter paralisadas estas actividades por falta de inspecção.

Pelos motivos expostos, solicitamos que só aceitem o IEP quando outra entidade puder ser acreditada para impedir os abusos do IEP. Atendendo que não está regulamentado mas como será necessário vamos proceder ao registo dos dados técnicos e requisitos dos recintos itinerantes.

Atentamente,

O presidente

Mário Loureiro, Mestre em Eng.^a Mecânica